

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO SOBRE LESBIANIDADES NA REVISTA GÊNERO¹

MAPPING THE PRODUCTION ON LESBIANISM IN GÊNERO MAGAZINE

Julia Aleksandra Martucci Kumpera²

Resumo: O artigo analisa a incorporação da temática das lesbianidades na trajetória da Revista Gênero ao longo de seus 25 anos de existência. A partir de abordagem bibliométrica e revisão bibliográfica, mapeia os artigos publicados sobre o tema, identificando padrões de autoria, frequência de publicações, vínculos institucionais e principais enfoques temáticos. Os resultados evidenciam a concentração geográfica das pesquisas na região Sudeste, o aumento de publicações em 2008, em decorrência do dossiê *Homossexualidade feminina: alguns olhares*, e a predominância de estudos sobre identidade, movimento lésbico e sociabilidade. Conclui-se que, apesar da persistente invisibilidade das experiências lésbicas na produção acadêmica, a revista desempenhou papel relevante na consolidação do campo de estudos das lesbianidades no Brasil.

Palavras-chave: Lesbianidades; Estudos de Gênero; Bibliometria; Produção Acadêmica.

Abstract: This article analyzes the incorporation of the topic of lesbianism into the trajectory of Revista Gênero throughout its 25 years of existence. Based on a bibliometric approach and a literature review, it examines the articles published on the subject, identifying patterns of authorship, publication frequency, institutional affiliations, and main thematic approaches. The findings highlight the geographic concentration of research in Brazil's Southeast region, the increase in publications in 2008 due to the special issue *Homossexualidade feminina: alguns olhares*, and the predominance of studies focused on identity, lesbian activism, and sociability. The article concludes that, despite the persistent invisibility of lesbian experiences in academic production, the journal has played an important role in consolidating lesbian studies in Brazil.

Keywords: Lesbianism; Gender Studies; Bibliometrics; Scholarly Production.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Agradeço à Ana Beatriz Almagro, pelo suporte na produção dos dados quantitativos apresentados, particularmente com o desenvolvimento do código em Python. E agradeço à Jéssica Toledo, pelas sugestões de revisão, que contribuíram para a escrita das reflexões finais deste texto.

² Doutoranda em História – Universidade Federal Fluminense; E-mail: juliakumpera@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8581-6169>.

Introdução

Ao longo de mais de duas décadas, a Revista Gênero vem publicando artigos, resenhas e entrevistas sobre uma multiplicidade de temas transversais aos debates de gênero. Conforme se lê no *site* do periódico, são acolhidas produções dedicadas “às feminilidades, às homossexualidades e às masculinidades, dentre outros temas correlatos, associando-os ao Serviço Social, à Política Social e a outras áreas do conhecimento”³. Sustentada em uma perspectiva multidisciplinar, também recebeu contribuições para o campo de estudos das lesbianidades. O marco de 25 anos de criação da revista nos convida a revisitar sua trajetória e a realizar um balanço sobre a produção acerca das lesbianidades.

O surgimento da Revista Gênero remonta ao ano de 1993, quando docentes da Universidade Federal Fluminense (UFF) criaram o Núcleo Transdisciplinar de Estudos da Mulher (NUTEM), inicialmente associado à Pró-Reitoria de Extensão, sob administração da professora Ismênia de Lima Martins, vinculada ao Departamento de História. A organização do Núcleo significou o reconhecimento do campo de estudos sobre a mulher – ou sobre a “condição feminina” – e aglutinou professores(as) de diversos Departamentos interessados(as) na temática. Em 1999, o NUTEM se transformou em Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG), refletindo as mudanças teóricas do campo, com o fortalecimento da categoria de gênero (Melo, 2013).

O NUTEG foi responsável pela organização do III Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM), ocorrido em 2001 no campus Gragoatá da UFF/Niterói. O evento foi coordenado pela professora Rachel Soihet (Departamento de História) e contou com o apoio das professoras Cenira Duarte Braga (Escola de Serviço Social), Maria Felisberta Trindade (Faculdade de Educação), Suely Gomes Costa (Escola de Serviço Social e Departamento de História), Andréa Puppim (Faculdade de Educação) e do professor João Bôsco Hora Góis (Escola de Serviço Social), atual editor-chefe da revista. À equipe coordenadora do Encontro uniu-se a professora Márcia Cavendish Wanderley (Departamento de Sociologia), primeira editora do periódico, formando o grupo de docentes que conduziu o projeto (Melo, 2013). No interior do NUTEG debatia-se a necessidade de criação de uma nova publicação acadêmica como parte de um esforço de sistematização da produção intelectual sobre a temática de gênero, conforme se observa no primeiro editorial da revista:

3 “Sobre a Revista”. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/about>. Acesso em: 18 abr. 2025.

O objetivo básico que rege o NUTEG é a organização da produção acadêmica da universidade acerca da temática das relações de gênero, incluindo a congregação de grupos de trabalho, a articulação de projetos, a promoção de conferências e seminários e o patrocínio de publicações. Dentro desse último objetivo é que se coloca a edição de *Gênero – Revista do NUTEG*, cujo primeiro volume chega agora às mãos do leitor (Puppim, 2000, p. 5).

De acordo com Cecilia Sardenberg (2021), o feminismo acadêmico⁴ no Brasil se consolidou por meio do desenvolvimento de pesquisas, da criação de periódicos específicos, da realização de encontros e congressos e do surgimento de associações e redes de estudos sobre mulheres, feminismo e gênero. Assim, privilegiou-se, inicialmente, a pesquisa e os cursos de pós-graduação, de modo que a academia se constituiu em um dos *lôcus* de produção e divulgação de conhecimento sobre essas temáticas (Sardenberg, 2021). A trajetória da Revista *Gênero*, portanto, insere-se neste contexto mais amplo da institucionalização do feminismo nas universidades brasileiras.

Diversas pesquisas, produzidas nas últimas duas décadas, mostram que o movimento feminista resistiu à incorporação dos debates sobre lesbianidades, evidenciando uma perspectiva heterocentrada e lesbofóbica (Soares; Costa, 2012). Desde que estudos sobre lésbicas e lesbianidades começaram a conquistar, não sem dificuldades, algum espaço acadêmico, a invisibilidade social, política e institucional desse grupo tem sido denunciada como uma ferramenta de manutenção da heterossexualidade compulsória, como afirmou Adrienne Rich já na década de 1980. No clássico ensaio *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, a intelectual afirma que

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. [...] E a existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocado à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade, bem como a culpa, a autonegação e a dor (Rich, 2012 [1980], p. 36).

4 Sardenberg utiliza o termo “feminismo acadêmico” para referir-se aos estudos sobre mulheres e gênero, ressaltando que o fazer científico das acadêmicas feministas se baseia na crítica ao androcentrismo na ciência e busca a produção de um conhecimento científico não sexista.

Frente ao exposto, este capítulo analisa como a temática das lesbianidades foi incorporada à Revista Gênero, com dois objetivos centrais. Primeiro, realizar um mapeamento dos artigos sobre lesbianidades que permita elaborar indicadores que caracterizam essa produção no escopo do periódico. Segundo, compreender quais temas foram mais recorrentes, a quais campos do conhecimento se vinculam e como se articulam com a própria história do ativismo lésbico no país. Para isso, o trabalho se apoia metodologicamente na abordagem bibliométrica e na revisão bibliográfica, cujos procedimentos são elucidados adiante.

1 Lesbianidades em números

De acordo com Lidia Alvarenga e Ronaldo Araújo (2011), a bibliometria é considerada uma área de estudos da Ciência da Informação, que contribui para a análise da produção científica de um país por meio da produção de indicadores sobre as publicações acadêmicas. Nesta direção, afirmam que

Como produtos da ciência, as publicações se constituem, sem dúvidas, em instâncias privilegiadas para o estudo do comportamento de dada disciplina ou campo científico, sob os mais variados aspectos, respondendo diferentes questões: quais são as frentes de pesquisas desse campo, considerando-se diferentes variáveis, pesquisadores/autores, instituições ou temas; quais são os padrões de comunicação entre seus pares, tais como os tipos de canais preferidos e as parcerias; quais são as bases epistemológicas em que se fundamentam suas pesquisas: autores, títulos clássicos, línguas, países, datas, dentre outras (Araújo; Alvarenga, 2011, p. 56).

Portanto, a bibliometria permite compreender a dinâmica e a estrutura de um campo do conhecimento. Por meio da aplicação de métodos estatísticos e matemáticos na análise das publicações, são criados indicadores para identificar, medir e quantificar a produção científica em determinado campo. Segundo Gabriel Chueke e Marcos Amatucci (2022), a bibliometria possui cinco principais usos, a saber: a) sumarizar e quantificar resultados de diferentes estudos; b) criar indicadores e medidas de produtividade acadêmica; c) mapear redes de colaboração científica; d) identificar lacunas de pesquisa; e) levantar temas emergentes.

Após a definição do escopo deste estudo, como apontado na introdução, foi elaborado um protocolo de pesquisa, que consistiu, inicialmente, na definição de palavras-chave para realizar a busca na base de dados da Revista Gênero e os critérios de inclusão e exclusão de artigos. As palavras-chaves

utilizadas foram: “lésbica(s)”; “lesbianidade(s)”; “homossexualidade feminina”; “homoerotismo feminismo” e “movimento lésbico”. As duas últimas foram as únicas que não geraram nenhum resultado ao serem aplicadas na ferramenta de busca.

Em relação aos critérios de inclusão, selecionamos tanto artigos que versavam exclusivamente sobre lesbianidade quanto aqueles que o faziam em diálogo com a homossexualidade masculina e a bissexualidade, a fim de analisar a robustez das publicações especializadas. Compreender a dimensão das produções no campo das lesbianidades que “falam a partir do e sobre o universo lésbico”, seja por meio da autoria ou do recorte temático, é fundamental dentro de um projeto feminista de produção do conhecimento (Silva *et al.*, 2020). Já os critérios de exclusão foram constituídos da eliminação das resenhas e entrevistas, bem como da desconsideração de textos que não mencionavam nenhum dos termos de busca previamente definidos.

Após esse levantamento inicial, foi feita uma revisão geral das 49 edições da revista (25 volumes, 24 deles com 2 números), até o ano mais recente disponível (2025), com o objetivo de elencar os dossiês temáticos publicados. Desta forma, seria possível identificar se determinados artigos se vinculavam a dossiês temáticos, o que enseja reflexões sobre o papel destes na consolidação, expansão e renovação de debates acadêmicos. Encontramos somente um dossiê, intitulado “Homossexualidade feminina: alguns olhares”, coordenado por Mariz Luiza Heilborn e publicado em 2008. Doutora em Antropologia Social e Professora Associada do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), Heilborn possui reconhecida trajetória de pesquisa sobre gênero, sexualidade e saúde.

Os artigos selecionados foram organizados em uma tabela (Tabela 1) contendo as seguintes variáveis: título, autoria e filiação institucional das autoras e autores, data de publicação, palavras-chave e temas centrais abordados em cada trabalho. A definição dos temas centrais se deu por meio da leitura dos resumos dos artigos, a partir da qual foram construídas 10 categorias analíticas que expressam os principais enfoques dos textos: literatura, raça, movimento lésbico, maternidade, educação, sociabilidade, identidade, sexualidade, psicologia e trabalho. Essa sistematização permitiu mapear o desenvolvimento do debate sobre as lesbianidades na Revista Gênero, padrões de autoria, frequência de publicações ao longo do tempo, bem como os enfoques teóricos e temáticos predominantes, aspectos que serão analisados adiante.

Tabela 1 - Artigos sobre lesbianidades publicados na Revista Gênero

Título	Autoria e filiação institucional	Ano	Palavras-chave	Temas centrais
Cassandra Rios e o surgimento da litetarua gay e lésbica no Brasil	Rick Santos (Binghamton University)	2003	Cassandra Rios; literatura gay e lésbica no Brasil; estudos de gênero	Literatura
Gênero, raça e solidariedade: um estudo da organização política de lésbicas negras	Regina dos Santos (UFF) e João Góis (UFF)	2007	Raça; lésbicas; sexualidade; movimentos sociais	Movimento lésbico; raça
Gênero, amor e sexo	Andréa Alves (UERJ)	2008	Gênero; sexualidade; emoções	Sexualidade
Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras	Gláucia Almeida (UERJ) e Maria Luiza Heilborn (UERJ)	2008	Culturas políticas; movimento de lésbicas; identidade lésbica; identidades políticas	Identidade; movimento lésbico
Reformulando espaços e revisitando gêneros: socializações lésbicas em um bar no Rio de Janeiro	Andréa Lacombe (UERJ)	2008	Lesbianismo; estudos queer; estudos de gênero; sociabilidade	Sociabilidade
“Sapatão não! Eu sou mulher de sapatão!”: homossexualidades femininas em um espaço de lazer do subúrbio carioca	Silvia Aguião (UERJ)	2008	Gênero; homossexualidade feminina; categorias identitárias; subúrbio; cor/raça	Identidade; sociabilidade
Vinte anos depois: mulheres, (homo)sexualidades, classificações e diferenças na cidade de São Paulo	Regina Facchini (Unicamp)	2008	Lésbicas; sociabilidade; sexualidade.	Identidade; sociabilidade
Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico - Feminista e do boletim ChanacomChana	Patrícia Lessa (UEM)	2008	Lesbianidade; teorias feministas; movimentos sociais; ditadura militar	Movimento lésbico
Entre o racismo e a lesbofobia: relatos de ativistas negras lésbicas do Rio de Janeiro	Sandra Marcelino (PUC Rio)	2016	Racismo; lesbofobia; mulheres negras	Movimento lésbico; raça
Representações sociais de masculinidades de mulheres lésbicas e heterossexuais	Rebeca Bussinger (UFES), Maria Cristina Menandro (UFES) e Isadora Padilha (sem vínculo)	2017	Representação social; masculinidades; mulheres	Identidade

Lesbianidade e psicologia na contemporaneidade: uma revisão sistemática	Joyce Gonçalves (UESPI) e Ana Rosa de Carvalho (UESPI)	2019	Lesbianidade; psicologia; lésbicas	Psicologia
Lesbianidade e a interdição discursiva: uma análise do silêncio japonês acerca da sexualidade	Jéssica Ribeiro (UEPR) e Ana Laura Santos (UEPR)	2020	Lésbicas; Japão; análise do discurso	Sexualidade
Narrativas de professoras lésbicas e bissexuais: experiências, histórias e resistências	Hugo Santos (Universidade do Porto) e Ariane Meireles (Universidade do Porto)	2021	Cidadania; lesbofobia; educação	Educação
Gays and lesbians in Brazil: decomposing inequalities along the wage distribution	Solange de Souza (PUC/SP), Magno Gomes (UEL) e Lucas Martins (UEL)	2024	Salários; gays e lésbicas; discriminação	Trabalho

Fonte: Elaboração própria (2025).

Além disso, foi realizado um levantamento da quantidade total de artigos publicados pela revista e quantos contêm algum dos termos a seguir: “lésbica(s)”, “mulher homossexual”, “homossexualidade feminina”, “lesbianidade”, “sapatão” e “lésbico”. Para isso, foi desenvolvido um código em linguagem de programação Python, em conjunto com bibliotecas (pacotes de códigos pronto) como a Beautiful Soup, usada para a extração de dados (*web scraping*) de páginas *web* em HTML e XML. Também se utilizou a biblioteca PyPDF2, para ler os artigos em PDF e extrair seus textos quando disponíveis. Quando o PDF era resultado do escaneamento de textos⁵, a biblioteca Pdf2image permitiu converter páginas de PDF em imagens, enquanto a biblioteca Pytesseract realizou a leitura do texto das imagens, ou seja, fazer o OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres).

O código considerou apenas artigos para essa contagem, excluindo os outros tipos de publicações encontrados no periódico, conforme explicitado anteriormente. Esta exclusão foi feita por meio de seções identificadas no HTML da página *web*. Finalmente, o código acessou o *link* do PDF dos artigos, identificando aqueles que são textos ou imagens, buscando os termos necessários e apresentando quantos artigos as continham.

No total, foram publicados 14 artigos sobre lesbianidades, desde o surgimento da revista até o presente ano (2025). Considerando que o montante de artigos do periódico é de 557, os que abordam a temática lésbica representam aproximadamente 2%. Nota-se um espaçamento temporal entre as publicações - entre 2008 e 2016 não há nenhum artigo - com um artigo isolado por ano, exceto o ano de 2008, o que indica a presença dispersa da temática nos volumes da revista.

Em relação à aparição dos termos supracitados, o levantamento revelou a ocorrência de “lésbica(s)”, “mulher homossexual”, “homossexualidade feminina”, “lesbianidade”, “sapatão” e “lésbico” em 138 artigos, o que representa 24, 7% do total de publicações. Evidentemente, nem todo artigo que possui uma das expressões necessariamente analisou questões relacionadas à lesbianidade. Na maioria das vezes, podem ser ocorrências descritivas, por exemplo para explicar o que significa a sigla “LGBT”. No entanto, consideramos um dado indicativo de que, ainda que o tratamento do tema possa ter sido circunstancial, houve, de algum modo, a inserção da lesbianidade no horizonte discursivo da revista. Mesmo menções breves revelam que o assunto esteve circulando e contribuindo para que reflexões sobre a lesbianidade não estivessem completamente ausentes de uma publicação que se dedica aos estudos de gênero e feminismo.

⁵ Isso ocorreu com artigos publicados no começo dos anos 2000 e que foram incorporados posteriormente à base de dados da Revista Gênero, com a disponibilização dos volumes mais antigos em versão digital.

Observa-se, quanto à autoria e vinculação institucional, forte concentração geográfica no Sudeste, especialmente nas seguintes universidades: UERJ, UFF, UNICAMP e PUC-Rio, com destaque para a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que aparece como a filiação de cinco autoras. Por sua vez, a presença de autoras(es) vinculadas(os) a instituições estrangeiras (Binghamton University e Universidade do Porto) sugere alcance internacional da revista. Também se nota que há uma predominância da autoria feminina, o que está em consonância com o objeto de estudo dos artigos. A metade foi escrita em coautoria (7 de 14 artigos), o que sinaliza para a existência de redes colaborativas entre as autoras e os autores e ocorre em oposição à tendência geral, nas Ciências Humanas e Sociais, de prevalência da autoria individual (Silva *et al.*, 2020).

Segundo o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, o resumo (*abstract*) consiste em uma “representação concisa e acurada do conteúdo de um documento” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 323). Além de ser uma das partes mais lidas de um artigo científico, é um indicador central da associação temática do texto, sendo fundamental para a difusão e circulação do conhecimento produzido (Garcia; Gattaz, C.; Gattaz, N., 2019). A análise dos resumos, a partir da qual agrupamos os artigos considerando seus temas centrais, revelou a maior recorrência dos seguintes: identidade (4 ocorrências), movimento lésbico (4 ocorrências) e sociabilidade (2 ocorrências).

Esse padrão indica a primazia de abordagens sobre os aspectos políticos e culturais das experiências lésbicas, em detrimento de abordagens consideradas mais estruturais, com enfoque, por exemplo, em economia, direito e saúde. Isso ocorre em consonância com os campos de conhecimento das autoras e autores, com destaque para as áreas da Sociologia, Antropologia, Literatura e Educação - uma abordagem interdisciplinar da lesbianidade, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

Como pode ser observado abaixo (Tabela 2), desde a criação da Revista Gênero foram publicados 24 dossiês temáticos, evidenciando a ampla diversidade de temas abordados e a perspectiva interdisciplinar que caracteriza o periódico, fatores que contribuíram para a incorporação das lesbianidades como uma temática relevante. Neste conjunto, três dossiês acolheram artigos sobre a temática, a saber: “Gênero e raça” (2007), “Homossexualidade feminina: alguns olhares” (2008) e “Mulheres negras: experiências, vivências e ativismos” (2016).

Tabela 2 - Dossiês Temáticos publicados na Revista Gênero

Nome do Dossiê	Volume	Número	Ano	Possui artigo(s) sobre lesbianidades
Gênero e memória: algumas reflexões	5	1	2004	Não
Parto, parteiros e maternidade	6	1	2005	Não
Trabalho e gênero	7	1	2006	Não
Corpo, cultura e educação	7	2	2007	Não
Gênero e raça	8	1	2007	Sim
Gênero em contextos ditatoriais	8	2	2008	Não
Homossexualidade feminina: alguns olhares	9	1	2008	Sim
Gênero e literatura	9	2	2009	Não
Gênero e educação física	10	1	2009	Não
Vozes, memórias e caminhos percorridos: no masculino e no feminino	11	1	2010	Não
Maternidades contestadas e contestadoras	11	2	2011	Não ⁶
Trabalho e emprego	12	1	2011	Não
Trabalho e emprego	12	2	2012	Não
Gênero, políticas sociais e serviço social	13	1	2012	Não
Transfeminismos	14	1	2013	Não
Participação política e equidade de gênero	14	2	2014	Não
Mulheres rurais: as Margaridas e Penhas do século XXI	15	1	2014	Não
Gênero, assistência e filantropia	15	2	2015	Não
Ciências, tecnologias e as relações de gênero	16	1	2015	Não
Mulheres negras: experiências, vivências e ativismos	16	2	2016	Sim
Violência contra a mulher	17	2	2017	Não
Gênero e saúde	18	2	2018	Não
Gênero, sexualidade e violência na América Latina	20	2	2020	Não
Gênero e serviço social no mundo do trabalho	23	1	2022	Não

⁶ Neste dossiê, foi publicado o texto “Maternidade e Lesbianidade: a perspectiva de um casal lésbico adotante”, de autoria de Lindomar Expedito S. Dáros. Trata-se de uma entrevista realizada pelo autor, psicólogo do quadro do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com um casal de mulheres lésbicas sobre sua experiência com o processo de adoção de uma criança. Por não ser um artigo, não foi contabilizado, de acordo com os critérios estabelecidos para este estudo.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os dossiês “Gênero e raça” e “Mulheres negras: experiências, vivências e ativismos” receberam, individualmente, um artigo sobre lesbianidades. Tratam-se, respectivamente, dos trabalhos *Gênero, raça e solidariedade: um estudo da organização política de lésbicas negras*, de autoria de Regina dos Santos (UFF) e João Góis (UFF), e *Entre o racismo e a lesbofobia: relatos de ativistas negras lésbicas do Rio de Janeiro*, de Sandra Marcelino (PUC Rio). É interessante observar que ambos abordam a lesbianidade em uma perspectiva interseccional, evidenciando a dimensão racial, bem como se debruçam sobre o movimento lésbico e as experiências de ativistas lésbicas. Por isso, configuram-se como contribuições significativas para o campo, uma vez que constituem temáticas menos exploradas.

A análise realizada, com base na abordagem bibliométrica, indica que a Revista Gênero acolheu contribuições diversas sobre a temática das lesbianidades. O ano de 2008 se destaca como um momento-chave dessa produção, devido ao dossiê temático “Homossexualidade feminina: alguns olhares”, que será abordado adiante.

2 Lesbianidades em debate

Em um artigo de balanço sobre a trajetória da Revista Gênero, publicado em 2013, Hildete Pereira de Melo reflete sobre os diálogos e as tensões entre militância feminista e produção de conhecimento científico. De acordo com a autora, o periódico segue as tendências consolidadas em outras revistas acadêmicas que se dedicam aos estudos feministas e de gênero, em que se observa tanto a permanência de tradições de pesquisa, quanto a abertura a novos objetos e metodologias. Ao respeito, Melo afirma que

os estudos de gênero no Brasil, contudo, adquiriram crescente visibilidade e qualidade nas mais diversas áreas do saber a partir de contribuições trazidas por movimentos acadêmicos e feministas ao longo das últimas décadas. Incorporaram desigualmente contribuições teóricas e metodológicas advindas das interseções de sexos, raças/etnias e gerações, e no campo das sexualidades mantêm fortes marcas da heterossexualidade (Melo, 2013, p. 613).

Ao promoverem o fomento à especialização temática, os dossiês publicados pelas revistas acadêmicas têm o potencial de diminuir a desigual produção e circulação de debates sobre determinados objetos, teorias e metodologias. À medida que os dossiês reúnem autores(as) em torno de um mesmo tema, contribuem para dar maior coesão a subcampos ainda em

consolidação, atraindo a atenção para debates emergentes. Por isso, como afiança Renato Borges, “edições especiais criam um saudável contraste na trajetória temática de um periódico, ao promover a centralização das atenções sobre um único tema a partir de pontos de vista diversos” (Borges, 2023, p.1).

O dossiê temático “Homossexualidade feminina: alguns olhares” foi publicado no volume 9, número 1, em 2008, e reuniu 5 artigos. No texto de apresentação, Maria Luiza Heilborn justifica a iniciativa por tratar-se de “assunto pouco explorado, sobretudo quando comparado ao montante de estudos e análises sobre a homossexualidade masculina no país”. Ou seja, o dossiê surge com o propósito de preencher uma significativa lacuna de pesquisa. Em seguida, afirma que mais recentemente a homossexualidade feminina tem se constituído como um “conjunto mais denso de reflexões no âmbito da produção sócio-antropológica”, o que seria comprovado pela viabilidade da proposta do dossiê (Heilborn, 2008).

As postulações de Heilborn ensejam duas considerações. Em primeiro lugar, o campo de estudos sobre as lesbianidades possui sua própria historicidade no Brasil. Embora a emergência do movimento feminista, a partir da década de 1970, e a constituição do feminismo acadêmico - para usar o termo de Sardenberg - tenham contribuído para os debates sobre corpo, prazer e sexualidade, a abertura para os estudos sobre lesbianidades não foi imediata. Ao mesmo tempo, uma vez que os estudos sobre homossexualidade majoritariamente se dedicaram às perspectivas e experiências masculinas, as lesbianidades parecem ocupar uma espécie de não-lugar acadêmico. Como afirmam Ana Cristina Santos, Simone Brandão Souza e Thaís Faria (2017), organizadoras do dossiê “Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas”, publicado na revista *Periódicus*, em 2017:

O crescimento das produções sobre lesbianidade, que falam a partir do e sobre o universo lésbico, foi influenciado pelo surgimento de ONGs de lésbicas, através do processo afirmativo da identidade lésbica iniciado na década de 1970 e intensificado na década de 1990. Podemos afirmar, portanto, que historicamente esse incremento nos trabalhos acadêmicos sobre a lesbianidade possui nexos com a autonomização do movimento lésbico em relação ao movimento homossexual ou da identidade lésbica em relação às outras identidades políticas (Santos; Souza; Faria, 2017, p. 01).

O momento de publicação do dossiê “Homossexualidade feminina: alguns olhares” se insere em um contexto mais amplo de institucionalização

do movimento lésbico no Brasil. Conforme demonstrou Ana Carla Lemos (2016), no início da década de 2000, consolidava-se o Seminário Nacional de Lésbica (SENALE)⁷ - surgido em 1996, na cidade do Rio de Janeiro, fórum de encontro do movimento lésbico onde se articulam as demandas relacionadas ao acesso à cidadania e à elaboração de políticas públicas. O começo dos anos 2000 também marcou o processo de organização das redes nacionais de lésbicas, como a Liga Brasileira de Lésbica, a Articulação Brasileira de Lésbicas, a Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas – CANDACES, a Rede Sapatá, entre outras. Segundo Irina Bacci (2016), isso possibilitou que o movimento conquistasse representação institucional perante o Estado, ao passo que se diversificou o perfil das ativistas e novas demandas foram elaboradas com a maior participação das lésbicas negras.

No primeiro artigo do dossiê, *Vinte anos depois: mulheres, (homo)sexualidades, classificações e diferenças na cidade de São Paulo*, Regina Facchini (2008) analisa os modos de classificação da sexualidade de “mulheres com práticas homoeróticas”, em interação com outros marcadores da diferença, como classe, raça e geração. O trabalho é fruto de ampla pesquisa etnográfica, realizada entre 2003 e 2008, em diferentes espaços de sociabilidade na cidade de São Paulo. A autora retoma as contribuições de estudos antropológicos da década de 1980, como os desenvolvidos por Néstor Perlongher e Peter Fry sobre a homossexualidade, articulando-as com as formulações da teoria feminista pós-estruturalista, a exemplo de Anne McClintock e Avtar Brah.

Inicialmente, Facchini (2008) descreve e analisa os locais comerciais e de entretenimento (bares e boates) que formam o circuito frequentado pelas 36 mulheres entrevistadas, localizados tanto na região central da cidade quanto em bairros de classe média. A antropóloga examina a construção da identidade e das diferenças entre as frequentadoras, a partir de elementos como a idade, as vestimentas e os modos de expressão, considerados códigos culturais em torno do gênero e da sexualidade. A partir disso, Facchini identifica uma multiplicidade de categorias para nomear a homossexualidade feminina, o que enseja uma reflexão sobre as formas de classificação da sexualidade que permite compreender as convenções sociais que dizem respeito a diferenciações e hierarquizações sociais.

Em relação ao que nomeia como “dispersão de categorias”, Facchini (2008) argumenta que termos mais amplamente difundidos, como

⁷ O Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) passou a se chamar Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBI) a partir da 9ª edição, realizada em 2016, em Teresina, Piauí.

“homossexual”, tendem a ser associados a significados estigmatizantes ou percebidos como formais e distantes (termos médicos). Paralelamente, expressões êmicas (“sapatão”, “entendida”, “bolacha”, “dyke”, “fancha”, “lady” etc.) circulam dentro de redes de sociabilidade específicas, marcadas por recortes socioeconômicos e geracionais, e com alcance limitado. Deve-se considerar ainda que classificações autoatribuídas variam conforme o contexto e o interlocutor do sujeito, sendo escolhidas de modo estratégico para lidar com a possibilidade de estigmatização.

Portanto, a terminologia utilizada pelas interlocutoras da pesquisa revela uma negociação constante entre identidade, estigma e contexto social, além de evidenciar processos de diferenciação entre as próprias mulheres, de modo que Facchini conclui:

[...] categorias como *dyke*, *sapa*, *feminina*, *perua*, *caminhoneira*, *bofinho*, *ladyinha* emergem como mais do que gírias locais ou vocabulários específicos de grupos, remetendo a processos de diferenciação que mobilizam outros marcadores sociais de diferença, especialmente classe e idade, por vezes compondo determinados estilos a partir da combinação com itens de vestuário, estética corporal, música e ideologias políticas. [...] se há uma proliferação de categorias que não se diferenciam a partir da oposição atividade/passividade, estas partem de gradações minuciosas de masculinidade e feminilidade para expressar diferenciações de classe e idade e compor estilos (Facchini, 2008, p. 220).

Em *Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras*, Gláucia Almeida e Maria Luiza Heilborn (2008) analisam a afirmação da identidade lésbica, por meio dos discursos de ativistas lésbicas majoritariamente autoidentificadas como pardas e negras, e que integram ONGs lésbicas em grandes capitais do país. Apoiando-se nas reflexões do sociólogo Manuel Castells, as autoras consideram que, para as ativistas, a identidade lésbica se configura como uma “identidade de resistência”. Assim, sua característica central “é que ela é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas” e, por isso, “com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou até opostos” (Almeida; Heilborn, 2008, p. 232).

Conforme argumentam, a identidade lésbica incorpora os múltiplos símbolos que constituem os sujeitos, para além do comportamento. Por isso, ela é considerada um “guarda-chuva”, capaz de incluir as demandas silenciadas por outros movimentos sociais (negro, feminista e homossexual), e *locus* de “práticas articulatórias complexas e incessantes”, numa busca de

conciliar e integrar as diferentes manifestações identitárias por um mesmo sujeito, conforme as proposições de Ernesto Laclau (Almeida; Heilborn, 2008, p. 234).

Almeida e Heilborn se debruçam nas percepções sobre a identidade da fancha e a da lésbica negra. Em relação à primeira, o artigo mostra que a fancha é comumente vista de forma negativa pelas entrevistadas, por se tratar de uma lésbica que recusa atributos socialmente atribuídos ao feminino, o que faria com que ela reproduzisse padrões de comportamento masculinos. Ou seja, as autoras registram uma tensão interna no movimento lésbico em torno do que se considera uma identidade lésbica aceitável, uma vez que:

As fanchas foram citadas, especialmente por lésbicas que se sentiram percebidas em relações anteriores como “mulherezinhas” ou “ladies”, como dignas de uma certa “piedade”, pois seriam “aprimoradas” na necessidade de ocultar os signos femininos e, assim, se afastariam da “natureza”. Estas são tensionadoras, *personas* sobretudo por ocuparem um lugar cada vez menor no cenário das novas exigências do igualitarismo colocadas às lésbicas (Almeida; Heilborn, 2008, p. 240).

Como se observará adiante, o debate em torno da chamada masculinidade de mulheres lésbicas foi terreno fértil nos demais artigos do dossiê temático. Através de diferentes enquadramentos teóricos e denominações (papéis butch/femme, feminilidade/masculinidade, desfeminilização), a presença de fanchas, caminhoneiras e demais mulheres lésbicas que desafiam os símbolos da feminilidade tem sido alvo de disputas dentro do movimento lésbico e da produção de pensamento desde as décadas de 1970-1980. Atualmente, no Brasil, observa-se uma renovação desse debate, marcado por nova elaboração teórica (a exemplo do termo “desfem”) e pela politização e valorização das experiências de lésbicas desfeminilizadas. A recente publicação da obra coletiva *Vivências lésbicas desfem* (Costa; Silva, 2024) é um indicativo significativo desse processo mais amplo.

Por sua vez, o debate sobre lesbianidade e negritude evidencia o sentimento, expresso pelas interlocutoras, de não pertencimento aos movimentos negro e LGBT. As entrevistas indicam que a raça é um elemento central na construção de relacionamentos afetivo-sexuais. No caso de casais interracialis (as autoras usam o termo “heterocrômico”), foi destacada a assimetria de poder presente nessas relações, bem como o processo de objetificação e as expectativas sociais de desempenho sexual de mulheres negras. Assim, as autoras consideram a hipótese de que nesse modelo

– casais interracialis – há maior propensão a “conflitos internos de poder, quando a lésbica negra se inscreve na diáde a partir dos atributos de gênero masculinos, e sua parceira não” (Almeida; Heilborn, 2008, p. 245).

Diante do exposto, as autoras concluem que, no contexto do movimento lésbico, a adoção estratégica da essencialização identitária pode contribuir para o fortalecimento e a autonomização do grupo, favorecendo a construção de pautas comuns, sobretudo em cenários de institucionalização via ONGs. Contudo, tal estratégia encontra limites diante da crescente diversidade interna, que inclui identidades como bissexuais, lésbicas negras, lésbicas de periferia, lésbicas com deficiência, entre outras. Essas variações, embora relacionadas à identidade principal e, em alguns casos, vinculadas a questões de gênero, introduzem novos significados e redirecionam as agendas políticas. Assim, diante dessa heterogeneidade, o movimento tende à fragmentação, diante do desafio de abarcar a multiplicidade de sujeitos e demandas, muitas vezes divergentes.

○ terceiro artigo do dossiê, *Gênero, amor e sexo*, de autoria de Andréa Moraes Alves (2008), é o único que não realiza uma análise exclusiva da lesbianidade. A autora aborda as narrativas de nove mulheres (heterossexuais, homossexuais e bissexuais) sobre sexualidade e relações amorosas, considerando o amor como um eixo articulador das suas biografias. As entrevistadas possuem idades entre 37 e 49 anos, pertencem às camadas médias, possuem nível superior completo e moram no Rio de Janeiro. Como arcabouço teórico, Alves utiliza os conceitos de individualização de Georg Simmel e as noções de projeto e metamorfose de Gilberto Velho, explorando como as emoções e experiências amorosas são tecidas nas biografias das entrevistadas.

○ artigo evidencia que o campo das relações afetivo-sexuais é valorizado pelas entrevistadas pela sua capacidade de estabelecer e manter relações, sendo que o status relacional (casada, solteira etc.) confere significado ao seu projeto amoroso. Do ponto de vista das entrevistas, isso parece ser mais relevante do que conferir uma identidade sexual para essas mulheres, de modo que o fundamental é mostrar que elas são mulheres aptas a constituir relações afetivo-sexuais (Alves, 2008).

Em relação ao matrimônio, o estudo revela que a sexualidade é vista como um elemento central na manutenção dos casamentos, com a qualidade do sexo sendo uma preocupação fundamental para as entrevistadas. Ao respeito, a autora identifica que mulheres em relacionamentos homoafetivos relataram uma maior exploração e satisfação sexual, percebendo suas relações como mais simétricas e libertadoras de posições fixas. Outra dimensão relaciona-se

à forma como mulheres solteiras ou separadas são percebidas: a ausência de uma parceria fixa é vista como um obstáculo à sua realização completa. Para a autora, isso evidencia que mulheres são consideradas seres intrinsecamente relacionais e, portanto, o relacionamento amoroso é central para a definição do feminino (Alves, 2008).

Assim, a autora conclui que, o projeto relacional consiste em um atributo naturalizado para as mulheres, embora a forma como ele é concebido e vivenciado se transforme ao longo das gerações e trajetórias individuais. O artigo aponta para a maior autonomia na vivência dos vínculos afetivos e do prazer sexual para as mulheres da geração estudada, em comparação com a geração anterior, o que, para a autora, configura uma nova arena para o exercício da autonomia feminina em nossa sociedade.

Os dois trabalhos que encerram a coletânea abordam espaços de sociabilidade lésbica na cidade do Rio de Janeiro. Em *“Sapatão não! Eu sou mulher de sapatão!” Homossexualidades femininas e um espaço de lazer do subúrbio carioca*, Silvia Aguião (2008) analisa como as categorias identitárias organizam a circulação de pessoas em uma rua do bairro de Madureira, conhecida por ser um ponto de encontro gay ou GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), conforme descrito pelos/as frequentadores/as. Referenciando-se em estudos antropológicos da década de 1980 – assim como Facchini –, bem como em trabalhos recém-publicados à época (Isadora França, Julio Simões, Laura Moutinho e Sérgio Carrara), a autora se debruça nos usos e sentidos das categorias que tipificam a homossexualidade feminina, articulando-as às representações que entrecruzam gênero, raça/etnia e estilo estético.

A autora identificou diversas formas de classificação identitária, articuladas em torno de maneiras de se comportar, se vestir e se relacionar afetivo-sexualmente, vinculadas, também, a características que são consideradas masculinas ou femininas. Além disso, a dicotomia ativo/passivo confere inteligibilidade para as relações, relacionando-se diretamente com as categorias identitárias. Nesse ínterim, Aguião se detém particularmente na categoria “entendida(o)”, vocábulo mais recorrentemente usado entre as mulheres e os homens, o que chama a sua atenção, considerando que, naquele momento, o movimento social buscava promover os termos “homossexual” e “lésbica” como estratégias de visibilidade política. Assim, ela afirma que:

As categorias e os termos apreendidos no trabalho de campo podem ser associados aos ativismos emissores do discurso político a respeito das chamadas “identidades sexuais”. Contudo, a intenção do ativismo parece não se concretizar

completamente. A distância entre as palavras usadas no cotidiano e aquelas apontadas pelo discurso político ou a diferença entre os sentidos do termo “entendidas(os)” existentes no contexto do surgimento da categoria e os que apareceram durante a pesquisa apontam nesta direção (Aguião, 2008, p. 300).

Além disso, nos esquemas de classificação da homossexualidade feminina, a categoria “entendida” apareceu também como a mais “neutra”, segundo Aguião. As demais, como “sapatão”, “caminhoneira”, “ladies” e “lésbica”, parecem marcar comportamentos considerados mais masculinos ou mais femininos, apontando para uma classificação do comportamento como ativo/passivo. Portanto, atividade e passividade remetem não apenas a práticas sexuais, mas também a atributos estéticos, corporais e gestuais.

Concluindo o dossiê, Andréa Lacombe (2008), em *Reformulando espaços e revisitando gêneros: socializações lésbicas em um bar no Rio de Janeiro*, debate os modos pelos quais um grupo de mulheres “entendidas” se apropria de um espaço tradicionalmente masculino, o Flôr do André - um botequim no centro do Rio de Janeiro que foi frequentado quase exclusivamente por homens durante mais de vinte anos. Com base em pesquisa etnográfica e numa chave de análise pós-estruturalista, a autora se interessa pelas “práticas performáticas” desenvolvidas pelo grupo de frequentadoras, que ocupam uma posição de domínio na apropriação do espaço, em detrimento dos homens.

De acordo com Lacombe, os modos de agir, as vestimentas e os códigos de paquera são elementos que compõem a “teia de interconexões” que constitui o bar, onde confluem distintos “universos de sentido” que fazem com que os sujeitos ali presentes desempenhem determinados papéis. A autora, ao examinar a inexistência de espaço para a sedução masculina no Flôr do André, afirma que as práticas performáticas das entendidas revelam uma masculinidade contra-hegemônica:

Assim, a masculinidade das mulheres do Flôr do André subverte a ordem, colocando-se em posição de domínio, em relação àquela dos homens, deslocados para as margens. Eles perdem a centralidade espacial e são relegados a um canto do bar. Perdem o lugar de flerte e conquista para as mulheres, não por serem eles agora o objeto de conquista, mas justamente por não participarem da economia do desejo imperante (Lacombe, 2008, p. 256).

Lacombe também investiga as dinâmicas de constituição de vínculos afetivo-sexuais entre as frequentadoras do Flôr do André, mostrando que elas constituem uma nova forma de parentalidade que se distingue

da tradicional que é calcada no vínculo consanguíneo. O bar é palco de construção de relacionamentos diversos que derivam em amizades, laços de afeto e o pertencimento a famílias expandidas. Além disso, a autora chama a atenção para a impossibilidade de separar taxativamente os universos público/masculino e privado/feminino, considerando as dinâmicas de socialização desenvolvidas no bar, o que, por sua vez, constitui uma especificidade das práticas adotadas por lésbicas (ou “entendidas”):

O Flôr do André é reconhecido como um bar de mulheres, seja entre os residentes da região, seja entre os homens que o frequentam. Não é um lugar que mantenha em segredo seu tipo de público, embora o fato de ser um espaço de socialização de entendidas não implique, como condição *sine qua non*, a pegação, como é o caso dos bares e boates frequentadas por gays. Mesmo assim, a socialização das freguesas do Flôr do André se coloca em uma posição diferente, que flexibiliza e faz uma ponte entre o masculino e o feminino. Embora esta socialização coloque um manto de intimidade para o sexo e o erotismo, estrutura a paquera e os relacionamentos além do espaço de procura sexual em um espaço público, explícito e masculino, como é o boteco (Lacombe, 2008, p. 256).

Esta revisão bibliográfica evidencia que o dossiê “Homossexualidade feminina: alguns olhares” foi marcado por trabalhos oriundos do campo da Antropologia, particularmente com abordagem etnográfica, em coerência com o próprio campo de atuação da organizadora. Também pode-se afirmar que majoritariamente os estudos privilegiam a cidade do Rio de Janeiro, bem como as construções identitárias e práticas de sociabilidade de mulheres lésbicas

Assim, o dossiê apresenta contribuições relevantes para a compreensão das formas de classificação identitárias e práticas de sociabilidade de mulheres lésbicas no Brasil. Por um lado, os artigos analisam como categorias identitárias são mobilizadas, negociadas e ressignificadas, evidenciando tensões internas e articulações com outros marcadores sociais, como classe, raça e geração. O próprio movimento lésbico não está isento de disputas simbólicas em torno da identidade lésbica, como mostram Almeida e Heilborn (2008). Por outro lado, os trabalhos exploram de que maneira interações cotidianas, códigos estéticos e classificações identitárias estruturam relações afetivas e redes de pertencimento. Embora persistam hierarquias e classificações baseadas na oposição masculinidade/feminilidade, observa-se também a emergência de práticas que criam espaços de autonomia no exercício da sexualidade para essas mulheres.

Ao mesmo tempo, observa-se que o debate acadêmico no começo dos anos 2000, particularmente no campo da Antropologia, estava fortemente orientado para duas questões: a) a análise de classificações identitárias, o que motiva a atenção dedicada à multiplicidade de termos utilizados pelas mulheres para nomear suas práticas e experiências; b) o debate sobre a dicotomia passividade/atividade, compreendida como códigos estéticos, corporais e gestuais que organizam as relações dentro da comunidade lésbica. Essa preocupação pode relacionar-se com duas questões. Primeiro, a herança dos estudos da década de 1980 que se dedicaram à problematização das categorias e significados atribuídos às práticas e identidades sexuais, como evidenciam os trabalhos pioneiros de Peter Fry, Néstor Perlongher e Edward McRae, comumente citados pelas autoras. Segundo, os diálogos com o próprio movimento lésbico que, como exposto anteriormente, passava por um processo de ampliação e diversificação interna, bem como de institucionalização via ONGs e cargos da estrutura do Estado.

Considerações finais

Cabe ainda uma consideração sobre terminologia e construção do campo de estudos sobre lesbianidades no Brasil. A revisão bibliográfica evidencia que a produção acadêmica empregava termos como “homossexualidade feminina” e “homoerotismo entre mulheres” ao se referir à sexualidade - hoje mais facilmente nomeada como “lesbianidade” -, paralelamente às reflexões sobre a multiplicidade de categorias identitárias, em detrimento do uso de “lésbica”. Este diagnóstico diz sobre a historicidade das categorias de análise: sobre o seu processo de elaboração e fundamentação teórica, e a circulação necessária até que novas possam emergir e ganhar terreno. Para que fosse possível, em 2017, a publicação de um dossiê com o provocativo título “Sapatão é revolução!”, foram necessários muitos empreendimentos acadêmicos e políticos anteriores.

Retomando a reflexão de Adrienne Rich (2012 [1980]) apresentada anteriormente, a produção e circulação de conhecimento sobre as lesbianidades tem sido historicamente negligenciada por tratar-se de experiências que implicam simultaneamente a transgressão de normas sociais e a recusa a um modelo de vida imposto. Tal apagamento físico e símbolo tem consequências perenes no presente, que vão desde a invisibilização na memória social até a legitimação e naturalização de práticas de violência. Por isso, a Revista Gênero ter acolhido um dossiê como “Homossexualidade feminina: alguns olhares”, ainda em 2008, certamente constitui um marco para a construção do campo de estudos sobre lesbianidades no Brasil. Se os

debates e as categorias de análise se transformaram, trata-se de um sinal da renovação e ampliação necessárias para a produção do conhecimento.

Referências

AGUIÃO, Silvia. “Sapatão não! Eu sou mulher de sapatão!” Homossexualidades femininas em um espaço de lazer do subúrbio carioca. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 293–310, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30949>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 225–249, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30947>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ALVES, Andréa Moraes. Gênero, amor e sexo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 271–291, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30948>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 51–70, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p51>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BACCI, Irina Karla. **Vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20767>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BORGES, Renato Pereira Torres. Dossiês temáticos publicados em periódicos acadêmicos brasileiros da área de Música (2016–2020). **Revista Vórtex**, v. 11, n. 1, p. 1–21, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unesp.br/vortex/article/view/7110>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CHUEKE, Gabriel Vouga; AMATUCCI, Marcos. Métodos de sistematização de literatura em estudos científicos: bibliometria, meta-análise e revisão sistemática. **Inter nex**, v. 17, n. 2, p. 284–292, 2022. Disponível em: <https://internext.espm.br/internext/article/view/704>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

FACCHINI, Regina. Vinte anos depois: mulheres, (homo)sexualidades, classificações e diferenças na cidade de São Paulo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 195-223, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30946>. Acesso em: 13 jun. 2025.

GARCIA, Débora; GATTAZ, Cristiane Chaves; GATTAZ, Nilce Cristiane. A relevância do título, do resumo e de palavras-chave para a escrita de artigos científicos. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 23, n. 3, s/p, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/KT6TxzgMBQ7WqZWTfrHKkhM/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.

HEILBORN, Maria Luiza. Apresentação. **Revista Gênero**, v. 9, n.1, p. 191-194, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30945/18034>. Acesso em: 15 abr. 2025.

LACOMBE, Andréa. Reformulando espaços e revisitando gêneros: socializações lésbicas em um bar no Rio de Janeiro. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 251-269, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30950>. Acesso em: 19 mai. 2025.

LEMOS, Ana Carla Silva. Rachas ou agregações? Uma análise sobre os movimentos de lésbicas e movimentos feministas no 8º SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas. In: **18º REDOR – Encontro da Rede Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Masculinidades**, 18., 2014, Recife. Anais eletrônicos... João Pessoa: UFPB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/2094>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MELO, Hildete Pereira de. A Revista Gênero/UFF: fazendo “ciências” na militância. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 605–615, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200012>. Acesso em: 29 mar. 2025.

PUPPIN, Andréa. Editorial. **Revista Gênero**, v.1, n. 1, p. 5, 2000. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31073/18162>. Acesso em: 09 set. 2025.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays, gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, p. 18-44, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, Ana Cristina; SOUZA, Simone Brandão; FARIA, Thaís. Apresentação do dossiê. **Revista Periódicus**, n. 7, v. 1, 2017, p. 01-05. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22271>. Acesso em: 23 mai. 2025.

SARDENBERG, Cecília M. B. História e Memória do Feminismo Acadêmico no Brasil: O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher- NEIM/UFBA (1983-2020). **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, p. 82-121, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42032>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, Zuleide Paiva da et al. Cartografia da Comunicação escrita de autoras lésbicas publicadas nos periódicos eletrônicos Periodicus e Cadernos de Gênero e Diversidade, período de 2014 a 2018. RevIU – **Revista Informação & Universidade**, v. 2, n. 1, s/p, 2020. Disponível em: <http://reviu.febab.org.br/index.php/reviu/article/view/15>. Acesso em: 11 mai. 2025.

SOARES, Gilberta; COSTA, Jussara. Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys, estudos feministas**, s/p, julho/dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

Recebido em janeiro de 2026.

Aprovado em maio de 2026.